

NEOLIBERALISMO E UNIVERSIDADE PÚBLICA: REFLEXÕES ACERCA DA DESVALORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

NEOLIBERALISM AND PUBLIC UNIVERSITY: REFLECTIONS ABOUT THE DISASSEMBLY OF PUBLIC HIGHER EDUCATION

*Fernanda de Souza Godim*¹

*Rafaela Cristina Johann*²

Resumo: Esta investigação teve como objetivo, compreender a desvalorização da Universidade Pública acerca da concepção neoliberal. Entendemos na atualidade a necessidade de uma análise sobre as influências predominantes nas decisões materializadas para o Ensino Superior. Assim, nesta pesquisa de cunho qualitativo, bibliográfico e documental, passamos a problematizar o cerne das propostas que favorecem a precarização da Universidade Pública. Durante esta atividade de pesquisa, percebemos que existem intenções de favorecer os sistemas privados e que, em grande medida, esses sistemas estão aparados em políticas públicas. Desse modo, a redução de investimentos para as instituições públicas de Ensino Superior atente às necessidades de projetos privatistas e fragilizam as Universidades Públicas. Por fim, foi possível compreender que o discurso gerado pela concepção neoliberal, está sempre na linha de ataque contra a instituição pública e seus defensores, tendo em vista que, a Universidade Pública é uma instituição representativa da luta contra as forças dominantes.

Palavras-chave: Ensino superior; Neoliberalismo; Universidade Pública. Políticas públicas.

Abstract: This investigation aimed to understand the devaluation of the Public University about the neoliberal conception. We now understand the need for an analysis of the predominant influences on materialized decisions for Higher Education. Thus, in this qualitative, bibliographic and documentary research, we started to problematize the core of the proposals that favor the precariousness of the Public University. During this research activity, we realized that there are intentions to favor private systems and that, to a large extent, these systems are trimmed in public policies. In this way, the reduction of investments for public institutions of Higher Education, taking into account the needs of privatist projects and weakening Public Universities. Finally, it was possible to understand that the discourse generated by the neoliberal conception, is always on the line of attack against the public institution and its defenders, considering that the Public University is an institution representative of the fight against the dominant forces.

Keywords: University education; Neoliberalism; Public university. Public policy.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, servidora pública da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil (GT) da Região Oeste do Paraná HISTEDOPR na Unioeste. E-mail: fernandasgodimp@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-8722-4474>

² Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professora de educação infantil pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil (GT) da Região Oeste do Paraná HISTEDOPR na Unioeste. E-mail: rafaelajohann@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0002-7942-1152>

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2021.v14n1.p85-100>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1970 na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América ocorreu a inserção de uma corrente ideológica e econômica conhecida como neoliberalismo. Desde a sua implantação, no decorrer das décadas, essa corrente tomou proporções mundiais e se tornou predominante ao que se refere às atividades sociais e econômicas do mercado. Diante disso, o pronunciamento predominante do neoliberalismo se fundamenta na liberalização completa das trocas de mercadorias e da movimentação de capitais, bem como, da racionalização, da flexibilidade do mercado de trabalho, da globalização, do papel minimalista do Estado, da hegemonia do setor privado e da regulamentação mínima (GILL, 2002).

O neoliberalismo, segundo Gentili (1996), pode ser observado como uma ação de poder que se apresenta vigorosamente constituída por um amontoado de estratégias que são conduzidas ao âmbito político, econômico e jurídico. Mediante a isso, são orientados com o intuito de apresentar meios para a superação da crise existente no sistema capitalista, do mesmo modo em que se apresenta como uma síntese de um projeto que tem como objetivo, uma expansão ideológica na sociedade, com a finalidade de favorecer a construção e o perpetuamento de um novo formato de julgamento que se manifesta pela percepção individual da população, isso, buscando alavancar a legitimidade das propostas de reformas que são estabelecidas pela classe dominante.

Todavia, é importante destacar que os organismos internacionais são os principais disseminadores das concepções neoliberais em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Em relação a isso:

As orientações das reformas educacionais, impostas por esses organismos, têm como fundamento as regras do mercado na gestão e financiamento das políticas públicas. Como receita para superar o déficit público e estabilizar as convulsionadas economias, esses organismos defendem a redução dos custos, o aumento da competitividade, e a formação de recursos humanos mais produtivos. Um dos argumentos utilizados reside na má qualidade dos serviços prestados pelo Estado, ressaltando-se a eficiência dos serviços oferecidos pelo setor privado, e orientados para o lucro (CHAVES, 2015, p. 429).

É importante ressaltar, que o Banco Mundial também teve um papel fundamental nos diagnósticos sobre o ensino superior, e chegou a pronunciar que “[...] a educação superior é a que apresenta o mais baixo índice de retorno social; mesmo assim, vários países destinam a ela uma parcela desproporcional de seus orçamentos para educação” (BANCO MUNDIAL, 1990, p.83).

Stiglitz (2016) afirma que as políticas públicas beneficiam os ricos e as grandes corporações porque entende que a desigualdade social é, em grande proporção, resultado das políticas públicas da atualidade. Diante dos interesses que perpassam essas políticas, os investimentos para combater a desigualdade social ficam comprometidos. O autor relata que ao negar a cobrança de impostos sobre as grandes empresas e grandes corporações, estimula-se o aumento a desigualdade social porque ao trabalhador essa isenção não é prevista. Nesse sentido, vemos na atualidade, a mobilização de movimentos sociais requerendo a taxação de impostos para os mais ricos no sentido de obter financiamentos necessários para atender a demanda dos mais pobres, inclusive para o investimento na educação e na ciência.

Segundo Castro (2008) *apud* Lima (2013), o gasto público – diante dos pressupostos que sustentam o neoliberalismo – é determinado de acordo com a orientação sugerida nessa perspectiva. Desse modo, se materializam as formas de gestão das políticas públicas educacionais marcadas pela lógica da descentralização, que contribuem gradativamente com a abdicação da educação pública pelo governo. Em vista disso, diminui-se a responsabilidade direta do Estado no que se refere à prestação de contas em relação aos serviços públicos, e em contrapartida, fomenta-se o aumento da atuação do setor privado em áreas de serviços essenciais que deveriam ser pensadas para o atendimento da ampla população, como é o caso da educação.

Nessa perspectiva, Chauí (2003) estabelece que:

- a) educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social (CHAUÍ, 2003, p. 6).

No neoliberalismo, os princípios privatistas são em grande parte, a principal meta a ser constituída quando o assunto é relacionado ao âmbito da educação, assim sendo, reconfigura-se o campo escolar aplicando-se na sua especificidade uma perspectiva funcional atrelada ao mercado.

Contudo, destacamos que a Universidade Pública tem se revelado ao longo de seu processo histórico, como uma instituição comprometida na defesa da democratização do ensino, do mesmo modo em que se mostra comprometida com a luta pela liberdade de autonomia universitária, o que de fato, foge aos interesses de um grupo que se manifesta por meio de expressões que minimizam a importância e funcionalidade da atuação universitária na sociedade.

A classe dominante representada por este grupo busca expor uma nova matriz para os processos formativos ao qual anseia, onde, o objetivo fundante da pesquisa acadêmica deixa de ser guiado pela busca da verdade; assim, foca no desempenho na produtividade de resultados instrumentais e imediatos.

É importante considerar ainda, a abordagem dos mecanismos políticos-ideológicos destacados por Trópia (2009) enquanto estratégias utilizadas pelo governo neoliberal em que:

[...] longe de buscar sua real democratização, pretendem ocultar – por meio de ações pretensamente “inclusivas” e desenvolvimentistas – a natureza perversa e regressiva de suas propostas e, sobretudo, atrair o apoio dos setores populares. Na luta ideológica e teórica é preciso decifrar os interesses em jogo e os reais alcances das políticas, sob pena de apoiarmos mudanças e reformas que justamente reforçam e aprofundam as características mais negativas e perversas que se esperava superar (TRÓPIA, 2009, p. 01).

Nesta investigação, buscamos compreender como se manifestam as propostas que favorecem a precarização da Universidade Pública diante das consequências que se apresentam a partir do neoliberalismo. À vista disso, o presente trabalho visa analisar o discurso neoliberal presente na desvalorização da Universidade Pública por meio de pesquisa bibliográfica e documental respaldando-se nos autores: Aguiar (2016), Azevedo (2001), Bhojani (2016), Catani (2004), Chaui (2003), Chaves (2015), Duarte (2019), Frigotto (2000), Gentili (1996), Gill (2002), Silva Jr e Sguissardi (2020), Lampert (2006) Lima(2013), Mészáros (2008), Miliband (2000) Pereira e Silva (2010), Rossi e Dweck (2016), Saviani (2019), Severino (1986), Trindade (2000), Trópia (2009).

A revisão bibliográfica é aqui adotada como uma ferramenta a ser utilizada para o mapeamento da literatura, buscando contribuir com o entendimento da temática abordada nesta pesquisa, do mesmo modo em que visa a possibilidade de identificar nas respectivas obras dos autores, as concepções de seus discursos para o entendimento e a análise dos resultados. Segundo Minayo (2007 p.46) essa atividade requer “[...] mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo”.

Por fim, destacamos que esta investigação de cunho qualitativo tem como objetivo, discorrer acerca desvalorização da Universidade Pública e gratuita revelada a partir da concepção e do discurso neoliberal. Nesse sentido, iniciamos nossa discussão diante de uma contextualização que se manifesta nas obras dos diferentes autores consultados para esta pesquisa.

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: OS DIRECIONAMENTOS CONCEITUAIS PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL.

Historicamente, o contexto que cerca o campo das políticas públicas é marcado por disputas que se ampliam no mundo globalizado devido a influência de grupos empresariais, que buscam sustentar em grande parte, medidas que possibilitem os avanços necessários para o fortalecimento dos meios de produção e para a obtenção do lucro. Neste sentido, é preciso analisar o contexto ao qual essas políticas são desenvolvidas e refletir acerca das matrizes ideológicas que influenciaram a criação, efetivação e a descontinuidade de determinadas normativas destinadas ao campo social e educacional.

As políticas públicas no Brasil e no exterior passam por um processo de mercantilização do espaço estatal ou público, sob o impacto de teorias gerenciais próprias das empresas capitalistas imersas na suposta anarquia do mercado, hoje estruturados por organismos multilaterais a agirem em toda extensão do planeta. (SILVA JR e SGUISSARDI, 2020, p. 91).

As primeiras medidas neoliberais foram desenvolvidas no país a partir do Governo Collor de Melo (1990-1992), contudo, foi no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002) que essa concepção passou a ser disseminada no Brasil com mais ênfase. Para tanto, entende-se neoliberalismo como um conjunto de ideais com fundamentos políticos e econômicos que se sustentam com a participação mínima do estado na economia.

Os impactos do neoliberalismo na educação brasileira se intensificaram a partir da década de 1990, por meio da implementação de projetos pautados em pressupostos que tinham como destino as políticas de investimento dos setores fundantes da sociedade como, saúde, segurança e educação, promovendo assim, o fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, bem como, a redução dos investimentos governamentais para as Universidades Públicas.

Esse cenário desencadeou o sucateamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), diante de uma proposta capciosa de “revolução administrativa” do ministro da Educação Paulo Renato, na sua gestão de 1995 a 2002. O descaso com a infraestrutura, a necessidade de concursos públicos e o salário desatualizado do corpo técnico e docente das Universidades Federais, o aumento exponencial das instituições de ensino superior privadas, são complicadores que acompanham o âmbito da educação desde o governo FHC (CUNHA, 2003, *apud*, TRINDADE, 2000).

Catani (2004) afirma que as reformas voltadas para o ensino superior impactaram em três princípios fundantes das IFES, sendo estes: “[...] 1) na lógica do controle do sistema e de expansão; 2) na articulação dos interesses e imposições do

mercado e do capital produtivo e das instituições; 3) na finalidade e identidade das universidades públicas” (CATANI, 2004, p. 57).

Já no período do governo Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2016), ocorreu uma notável expansão do ensino superior público, com o enfretamento marcante do problema da interiorização. Programas como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em conjunto com a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor) e Universidade Aberta do Brasil (UAB), possibilitaram o ingresso de milhares de estudantes nas Universidades Públicas, se consolidando como um passo essencial para a democratização do ensino superior de qualidade no Brasil (PEREIRA e SILVA, 2010).

Entretanto, os ideais neoliberais foram percebidos em iniciativas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e no aumento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e, mesmo possibilitando o acesso de estudantes de baixa renda, resultaram no aprofundamento da lógica de financiamento que favorecia o setor privado, dando às instituições particulares, grandes quantias e uma segurança jurídica de manutenção (AGUIAR, 2016).

Contudo, após o *impeachment* de Dilma Rousseff que tornou Michel Temer presidente da república em 2016, o Brasil foi colocado a serviço do neoliberalismo em todas as suas vertentes. Com o Novo Regime Fiscal (NRF), veio o sucateamento em médio prazo dos serviços de educação, segurança e saúde, como consequência do modo que vinha sendo estabelecido pela forma de distribuição de investimento nessas áreas, ficando a mercê da “dívida pública” para o pagamento de juros, de encargos ou das amortizações (ROSSI e DWECK, 2016).

Os reflexos dessa ação que preservava os interesses do mercado em detrimento das demandas da população em geral, foram percebidos em pouco tempo pelas Universidades Federais do país. Os planos para a expansão e o aperfeiçoamento das IFES precisaram passar por uma revisão para que se encaixassem na nova lógica fiscal, abortando ainda, projetos em suas bases. As IFES enfrentaram dificuldades diante da sua realidade financeira, deixando o custeio dos serviços mais essenciais em situação precária.

Em 2017 o Banco Mundial mais uma vez elaborou uma análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil, com o *slogan* “um ajuste justo” afirmando a necessidade de redução com as despesas do ensino superior, de acordo com o Banco:

As despesas com ensino superior são, ao mesmo tempo, ineficientes e regressivas. Uma reforma do sistema poderia economizar 0,5% do PIB do orçamento federal. O Governo Federal gasta aproximadamente 0,7% do PIB com universidades federais. A análise de eficiência indica que aproximadamente um quarto desse dinheiro é

desperdiçado. Isso também se reflete no fato que os níveis de gastos por aluno nas universidades públicas são de duas a cinco vezes maior que o gasto por aluno em universidade privada. A limitação do financiamento a cada universidade com base no número de estudantes geraria uma economia de aproximadamente 0,3% do PIB. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 13).

Com as eleições de 2018 e, principalmente, a partir do resultado deste feito, o pensamento neoliberal na economia e a onda neoconservadora de forma geral, obrigaram as Universidades Públicas no Brasil a se manterem resistentes no enfrentamento de decisões tomadas para este nível de ensino – aplicadas de forma autoritária e desigual. Mesmo com toda a luta que se objetivou como resultado das atuais circunstâncias e com o apoio de entidades educacionais dos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, o contingenciamento dos gastos e o ataque ideológico foram se perpetuando com a contribuição de determinadas declarações, o que acabou gerando incertezas para a sociedade sobre a legitimidade do ensino público e dos agentes que o compõe.

Tendo a educação como ponto de partida para este estudo, abordaremos sobre a temática que envolve as políticas públicas no âmbito da educação – uma vez que, ao considerar todos os pontos que cercam a especificidade dos serviços públicos essenciais, correríamos o risco de ultrapassar os limites deste artigo. Assim sendo, destacamos de forma breve que, a política educacional de cunho neoliberal se fundamenta nas concepções de mundo dominantes e nas relações estabelecidas para o contexto social, estimuladas por meio dos processos educativos quando são orientados por essa perspectiva, ou seja, entende-se que, por meio da educação é possível formar o cidadão trabalhador do futuro mantendo a divisão entre dominado e dominante.

Todavia, o neoliberalismo busca apresentar soluções de porte jurídico, econômico e político aos problemas específicos de determinado território – incluindo a educação, saúde, meio ambiente, entre outros. À vista disso, acaba sendo responsável por mudanças organizacionais, estruturais e funcionais do Estado, minimizando seu papel referente a garantia de direitos e limitando os avanços do setor público, porém, não limitando os avanços do setor privado porque essa esfera avança pelas vias do setor público. Para Severino (1986), a classe dominante não atua de forma direta por meio do Estado, mas atua como “[...] forma de assegurar o direito ao poder social por uma determinada classe social, mediante uma estrutura institucionalizada” (SEVERINO, 1986, p.53). Ainda sobre esta abordagem e envolvendo o âmbito da escola, bem como, o da perspectiva do neoliberalismo, destacamos os apontamentos de Saviani (2019) ao apresentar que:

[...] Diante do mote do “Estado mínimo” passa-se a considerar a “decadência da escola pública” como resultado da incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso advoga-se, também na educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado. Essas proclamações ditas neoliberais continuam sendo difundidas na conjuntura atual, acentuando o entendimento de que o Estado atravessa uma crise profunda com perspectivas sombrias para a educação pública e para a própria democracia. (SAVIANI, 2019, p.286).

Com o discurso de Estado mínimo sendo perpetuado, as demandas existentes são passadas para a iniciativa privada reforçando assim, os processos que desencadeiam diversas formas de desigualdade social nos diferentes espaços territoriais ao alcance nacional. Como agravante deste processo estão os privilégios cedidos a uma classe que representa as esferas sociais mais elevadas financeiramente.

O neoliberalismo reduz o sujeito a um consumidor e, o que é priorizado não é a liberdade do mesmo, mas sim, o desenvolvimento do giro econômico pertencente aos grandes grupos que possuem poder aquisitivo financeiro. Essa tendência política e teórica de funcionamento do mundo capitalista segundo Azevedo:

[...] questiona e põe em xeque o próprio modo de organização social e política gestado com o aprofundamento da intervenção estatal. Menos Estado e mais mercado é a máxima que sintetiza suas postulações, que tem como princípio chave a noção de liberdade individual. (AZEVEDO, 2001, p.11).

As implicações que se manifestam em torno do âmbito educacional estabelecem que o Estado pode e deve fazer a divisão ou a transferência de suas obrigações na área da educação, defendendo que tais ações resultariam no aquecimento do mercado e nos avanços qualitativos dos serviços educacionais. Em síntese, essas implicações indicam as tentativas de privatização do ensino público.

Porém, quando a oferta educacional se torna responsabilidade do setor privado, é inevitável que ocorra a fragilização do ensino público, diminuindo a garantia do direito de todos ao acesso à educação. Ainda, é importante destacar que, as modificações do ensino público atingem fortemente a organização do currículo escolar, que tem ligação direta e intencional na formação dos homens do futuro, desse modo, verifica-se a intenção de adequar o currículo para suprir as demandas e exigências do mercado.

Portanto, para discorrer acerca das políticas públicas educacionais é preciso considerar que elas possuem uma articulação com o projeto que se pretende implementar, podendo esse estar no percurso de cada conjuntura ou marco temporal

e, ainda, podendo ser correspondente ao que se tem como referencial global político (AZEVEDO, 2001).

A UNIVERSIDADE PÚBLICA GRATUITA E A ESPECIFICIDADE DE SUA EXISTÊNCIA.

A Universidade Pública é uma instituição que abriga e desenvolve papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, contribuindo com pesquisas e produzindo conhecimentos no âmbito científico, tecnológico e nas demais áreas do conhecimento em geral. Desse modo, atua no intuito de contribuir para a melhoria da sociedade, buscando ainda, a superação das desigualdades sociais que se manifestam em atividades desenvolvidas no sentido de garantir o direito dos alunos de ter uma educação pública de qualidade.

Neste sentido, é de responsabilidade da Universidade:

[...] produzir o ensino e os conhecimentos que possam contribuir para melhorar o nível intelectual e a qualidade de vida de toda a sociedade ou de alguns setores, particularmente os menos beneficiados pelo desenvolvimento científico e cultural contemporâneo. (VIGEVANI, 2002 *apud* LAMPERT, 2006, p. 11).

Contudo, essa não é uma tarefa fácil e que deve ser romantizada. A Universidade Pública e os IFES vivenciam uma trajetória de luta e resistência para a manutenção qualitativa do Ensino Superior no Brasil, e isso tem-se acentuado na atualidade diante do atual governo de Jair Messias Bolsonaro.

Para que a universidade e institutos tenham plenas condições de desempenhar sua função social – como tem feito no decorrer das décadas – é fundamental que os recursos financeiros destinados a esse nível de ensino sejam suficientes para manter as pesquisas e as formações em andamento. Isso de fato possibilita o bom funcionamento da instituição entendendo que, a Universidade Pública busca contribuir com a sociedade viabilizando medidas e mecanismos para a melhoria de qualidade de vida da população em geral, isso, como forma de prestar contas ao investimento público, não estando atrelada somente ao financiamento do desenvolvimento profissional do aluno para o seu avanço individual.

Porém, o que se vê na atualidade é uma série de medidas e propostas e estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) com viés privatista, respaldando-se na formalização de decretos, medidas provisórias, portarias, propostas e emendas constitucionais que em grande parte, estão voltadas para atender as carências da área econômica, visando:

[...] contingenciar recursos de custeio e capital, desautorizar o preenchimento, via concurso, das vagas docentes e de funcionários, congelar salários de docentes e funcionários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Com estas medidas tem se formado o clima político-institucional propício, por um lado, ao abandono da carreira nas IFES, em especial via aposentadoria, por outro, à possível diminuição das previsíveis resistências à implementação seja do projeto de transformação das IFES em organizações sociais, seja do projeto da autonomia universitária consubstanciado na Proposta de Emenda Constitucional – PEC-370-A96, em tramitação no Congresso Nacional. (SILVA JR e SGUISSARDI, 2020, p. 61).

O Ensino Superior no Brasil, diante dessa perspectiva, atuaria por meio de uma modificação das suas instituições no sentido de atender a uma demanda do mercado ganha forma na educação superior, ou seja, na existência de comparativos entre a formação dada no sistema público com a formação que é administrada pelo sistema privado. Neste sentido, o pressuposto neoliberal age no intuito de desqualificar as universidades e instituições públicas uma vez que estas não dão conta de atender à toda a demanda econômica prevista. Assim sendo, a desvalorização vai acontecendo gradativamente e o que verificamos explica-se diante das afirmações de Silva Jr e Sguissardi (2020):

Por um lado, mercadoriza-se ao extremo; por outro, na sua especificidade, acentua-se o movimento de redefinição da esfera pública, ao mesmo tempo em que se dissemina a crítica da antiga natureza dessa esfera e constroem-se os pilares de um novo espaço, em cujo centro se encontra a racionalidade da produção capitalista. Como se pode observar, o movimento de reconfiguração da educação superior brasileira tem como meta a reorganização desse espaço social, segundo a lógica do mercado, em meio à redefinição dos conceitos de público e de privado. (SILVA JR e SGUISSARDI, 2020, pg.94).

Na atual conjuntura política do Brasil, o modo instrumental de pensar a universidade instituiu fortemente uma marcha contra a educação pública, sendo fomentada principalmente a partir das eleições de 2018. As acusações que se tem feito para desestabilizar a opinião popular sobre a universidade são, em muitos casos, desrespeitosas, e favorecem o projeto que é alimentado pelos neoliberais.

Nesse sentido, para além das discussões que envolvem a participação e a influência do setor privado, é preciso considerar que há outro agravante que tem dificultado os avanços do ensino superior público e que se materializa no discurso que aponta a Universidade Pública como instituição de doutrinação.

Sobre esse assunto Saviani em entrevista a Newton Duarte (2019), afirma que o que se tem feito diante da contextualização da classe dominante é uma inversão real da especificidade das Universidades Públicas do país, uma vez que, fomentam a

população contra as instituições e, principalmente, contra os professores diante de um discurso inverídico e conservador pautado na lógica do anti-esquerdismo. Assim, Saviani destaca que:

Vê-se, pois, que embora os atuais governantes nos acusam de fazer proselitismo e doutrinação nas escolas e universidades, o contrário é o que ocorre. Ou seja: nós, da esquerda, não precisamos doutrinar, pois temos a verdade do nosso lado, consoante ao lema “a verdade é sempre revolucionária”. Cabe-nos simplesmente mostrar a realidade, pois, com isso, evidencia o grau de exploração que os setores dominantes exercem sobre a classe trabalhadora. Já a direita, não tendo argumentos objetivos para sustentar a dominação, necessitam lançar mão da doutrinação para manter o povo subordinado aos seus interesses. É o que os atuais dirigentes do país vêm fazendo, de modo especial no âmbito federal. Em lugar de se ocuparem a governar o país, se preocupam em desfechar ataques ideológicos àqueles que consideram seus inimigos. (DUARTE, 2019, p. 4-5).

As abordagens em torno dos processos de ação por doutrinação não interessam aos defensores de uma educação democrática que, pelo contrário, acreditam que é preciso superar essas medidas de doutrinação para potencializar a autonomia individual do educando, tendo em vista a promoção de uma visão de mundo ampla emancipatória, para que o aluno saiba como agir e se posicionar no meio em que vive. As críticas que são externadas pela atuação dos professores universitários nada mais são do que um ataque arbitrário, isso ocorre na medida em que as forças dominantes percebem que é por meio da educação que as oportunidades de acesso ao conhecimento objetivo se aproximam do educando. Nesse sentido, é preciso considerar que a defesa que parte dos professores é a defesa da verdade, da objetividade e, neste caso, não existe possibilidade de a educação ser direcionada na neutralidade. Em vista disso, a educação enquanto instrumento de luta e de emancipação humana, deve negar os processos que geram a desigualdade social e que preveem o sucateamento dos serviços essenciais públicos.

Sabemos que reformas que são elaboradas no âmbito da educação têm negado cada vez mais um ensino apoiado no *pensar* para o desenvolvimento da formação humana e que, para além disso, fosse capaz de promover no aluno o pensar por contradição.

Verifica-se isso atualmente, quando é lançada a proposta que retira grande parte dos investimentos para a área de humanas. Fica evidente o esforço para contribuir com a negação da formação filosófica e política do ser humano, desenvolvidas com a contribuição de comprovações sustentadas na ciência e na contextualização histórica da humanidade. Deste modo, vivenciamos a desvalorização das ciências humanas e sociais que são apresentadas como pouco necessárias, tendo sua importância ofuscada diante da formação humana e do engajamento para a transformação de uma educação mais justa e democrática. Deste modo, reforça-se aquilo que Mészáros (2008) apontava diante

dos interesses que se empregavam no âmbito da educação, caracterizadas pelo desejo de “[...] utilizar as *reformas educacionais* que propusessem para remediar os piores *efeitos* da ordem reprodutiva capitalista estabelecida sem, contudo, eliminar os seus *fundamentos causais* antagônicos e profundamente enraizados” (MÉSZÁROS, 1930/2008, p. 26 – grifos do autor).

CONCLUSÃO

A educação a partir da perspectiva neoliberal foge da discussão vigilante abordada no âmbito social e político, com isso, diante das influências que cercam os interesses neoliberais, o sistema de ensino em geral passa a ser percebido como um campo de oportunidades para o mercado, funcionando à sua semelhança. Nessa conjuntura, o neoliberalismo gerencia o ensino a partir das técnicas de mercado, esvaziando o cunho político da cidadania e o substituindo por princípios que visam o fortalecimento do consumo e a progressão dos meios de produção pela mais valia.

O ambiente acadêmico, por sua vez, promove alternativas sociais para o desenvolvimento do sistema, sendo este, um dos motivos pelo qual torna-se alvo direto das políticas neoliberais. Para tanto, o neoliberalismo nega a necessidade do financiamento para o desenvolvimento de um espaço que confronte a ideologia fundante liberal: de que o capitalismo é o nível final de desenvolvimento social e o modo final de governança humana (MILIBAND, 2000).

As inquietações que perpassam a realidade da Universidade Pública, apontam para a necessidade de busca de respostas referentes aos direcionamentos governamentais para esta área. O processo de sucateamento da educação pública, no contexto geral, fortalece e perpetua a desigualdade social – desencadeada por meio das condições ao qual a classe dominada está submetida, isso, diante do sistema capitalista.

Na atualidade os ataques direcionados ao funcionamento e a manutenção da estrutura acadêmica universitária vem acompanhada da diminuição de investimentos. Diante disso, percebemos o esforço pela efetivação de uma estratégia que consiga a dominação ideológica articulada nos interesses burgueses no campo da ciência. Para tanto, o sucateamento é um método direto de fortalecimento da iniciativa privada no contexto da educação superior.

Na ausência de respaldo legal para atingir a possibilidade de privatizar o ensino superior por completo, há uma movimentação capciosa para que se passe a cobrar mensalidade “de quem pode pagar” nas instituições públicas do país. Outro agravante também se materializa na proposta de terceirização de serviços com o foco na produção, desconsiderando a função social da mesma. O resultado direto dessa compreensão do

ensino superior é uma universidade que pensa para formar exclusivamente “robôs, tecnocratas e trabalhadores treinados” (GIROUX, 2014 *apud* BHOJANI, 2016).

Todos os caminhos para mudanças sociais se dão pela educação a partir de uma formação humana política e consciente, de modo a possibilitar que o sujeito envolvido no processo de ensino amplie sua visão de mundo diante das circunstâncias geradas pela divisão de classes.

Assim sendo, afirmamos que os rumos do ensino superior necessitam ser guiados pelos princípios democráticos, uma vez que, a concepção neoliberal tem fundamentado em larga escala, declarações desrespeitosas contra as instituições públicas e contra os serviços essenciais dedicados a população em geral, do mesmo modo em que vem defendendo preceitos privatistas no intuito de atender aos interesses da classe empresarial - de uma classe que explora para obter lucros sobre a mão de obra do trabalhador.

Com isso, verificamos que os discursos que visam a desvalorização da Universidade Pública e que a desqualifica para a sociedade, atingem não somente a reputação da instituição, como também, atingem sua estrutura, sua funcionalidade e seus resultados, justamente por não obter recursos necessários para a sua manutenção e desenvolvimento.

Portanto, diante do que apresentamos nesta produção, corroboramos com Saviani (2019), ao destacar que a “[...] falência das instituições corresponde a um avanço da barbárie” (p. 288); posto isso, acreditamos que “[...] é tempo de democratizar essas instituições” (FRIGOTTO, 2000, p.190).

Por fim, destacamos que esse trabalho buscou também, instigar o leitor à uma reflexão crítica acerca das medidas adotadas a partir de discursos reacionários. Assim sendo, evidenciamos a necessidade de ampliação dos estudos sobre a temática que apresentamos nesta produção, principalmente diante dos acontecimentos que estão transcorrendo na atualidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 113-126, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782016000100113&script=sci_arttext. Acesso em: 23 mar 2020.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, v. 56, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. World Bank, 1990.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil**. World Bank, 2017.

BHOJANI, Muhammad Hussain. Neoliberalism's War on Higher Education. **Revista de Educação e Desenvolvimento Educacional**, v. 3, n. 1, junho 2016. Disponível em: <https://www.journals.iobmresearch.com/index.php/JoEED/article/view/715>, Acesso em: 09 jun 2020.

CATANI, Afrânio Mendes. A universidade brasileira, a USP e a aliança entre o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade. **Revista USP**, São Paulo, v. 60, p. 52-67, dez./jan. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13301>. Acesso: 24 mar 2020.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.** n. 24 Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300002&script=sci_arttext. Acesso em 08 jun 2020.

Chaves, Vera Lúcia Jacob. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 17, n. 2, p. 427-441, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635212>. Acesso em: 08 jun 2020

DUARTE, Newton. Entrevista com o professor Dermeval Saviani. Pedagogia Histórico-Crítica na atualidade. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v.16, nº2, p.4-12, abr/jun, 2019. Disponível em: <http://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3121> Acesso em: 05 Jun 2020.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 4ª Ed., 2000.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49. Disponível em: <https://rl.art.br/arquivos/4002523.pdf>. Acesso em 10 de Abr de 2020.

GILL, Louis. **O neoliberalismo**. Montréal: Biblioteca Nacional do Quebec, 2002. Disponível em: <http://tonho.no-ip.com/Documents/O%20neoliberalismo-A5.pdf>. Acesso em 5 de Abr de 2020.

JÚNIOR, João dos Reis Silva; SGUISSARDI, Valdemar. Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção. Uberlândia: **Navegando Publicações**, 1ª edição eletrônica. 2020. Disponível em: https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_46a9595e792d4569a3f2f85dc48eb991.pdf. Acesso em: 05 Jun de 2020.

LAMPERT, Ernani. O Desmonte da Universidade Pública: A Interface de uma Ideologia. **Revista Linhas**, v. 7, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1342/1151>. Acesso em: 03 abr 2020.

LIMA, Larissa Gentil. EDUCAÇÃO SUPERIOR: direito ou mercadoria. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, VI., 2013, São Luís. Anais eletrônicos... São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impasesedesafiosdaspoliticadedeeducacao/educacaosuperior-direitoooumercadoria.pdf>. Acesso em 08 jun 2020.

MÉSZÁROS, Isteván. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2ª ed. 2008.

MILIBAND, Ralph. **Socialismo & ceticismo**. Bauru: Edusc; São Paulo: Edunesp, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PEREIRA, Thiago Inglassia; SILVA, Luís Fernando Corrêa da. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização?. **Revista Debates**, UFRGS, v. 4, p. 10-31, 2010. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/16316>. Acesso em 10 de Abr de 2020.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. 1-5, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2016.v32n12/e00194316/pt/>. Acesso em: 10 de Abr de 2020.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas: SP, Autores Associados, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: E.P.U. Temas básicos de educação e ensino. 1986.

STIGLITZ, Joseph E. **O grande abismo: sociedades desiguais e o que podemos fazer com isso**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

TRINDADE, Hégio. (org.). **Universidade em ruínas na república de professores**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Rio Grande do Sul: Cipedes, 2000.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. O ensino superior em disputa: apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educação**, v. 49, p. 1, 2009. Disponível em <https://ricoei.org/RIE/article/view/2093>. Acesso em 10 de Abr de 2020.

Submetido em: 12/05/2021.

Aprovado em: 06/07/2021.

